Acesso ao crédito

A adoção de mecanismos de mercado nas cadeias agropecuárias muda o perfil das relações entre produtores e traders

AFONSO CELSO BERTUCCI



O financiamento da produção agropecuária ocorre através da Cédula do Produto Rural (CPR), que o produtor emite para a venda antecipada de sua produção, com um conjunto integrado de apólices de seguro que garantam plenamente ao investidor a entrega física do produto padronizado.

Uma vez depositados em unidades armazenadoras credenciadas, apoiadas por apólices de seguro, os produtos colhidos lastreiam as *warrants*, possibilitando sua comercialização em sistemas de oferta eletrônica com difusão para todo o mercado mundial.

A organização aliada à segurança de CPRs e *warrants* colocam os produtores em contato com todo o mercado. Isso afeta diretamente a cadeia – estabelecida inicialmente pela forte interferência governamental, iniciada na década de 70, e posteriormente substituída pela atuação dos *traders* e da indústria de insumos – no preenchimento da lacuna ocasionada pela retirada paulatina dos recursos governamentais.

A indústria de insumos é a primeira beneficiária desse processo por ter o produtor como cliente e a parte mais importante do negócio ao se constituir na fonte de faturamento. A estratégia atual consiste no fornecimento de insumos contra o pagamento no momento da colheita.

Por não poder esperar o pagamento no prazo safra, a indústria de fertilizantes sofre com a necessidade de financiamento a prazo curto, e por isso atrela suas operações às da indústria consumidora de grãos, que as absorve.

Instrumentos de cobrança

Caracterizando o produtor como fiel depositário do produto, as CPRs atuais são um eficiente instrumento de cobrança na venda da safra, fazendo com que existam regularmente cerca de US$4 bilhões em operações nessa modalidade.

Padronizadas com a garantia do segu-

ro, as CPRs podem ser transformadas em dinheiro pela indústria de agroquímicos, na negociação com o mercado ou como lastro de aplicações de fundos de investimentos administrados por bancos internacionais.

As CPRs garantidas possibilitam à indústria de fertilizantes operações com o sistema financeiro, desatrelando-as de operações compulsórias com os *traders* adquirentes dos produtos na ponta final.

Número limitado

A indústria consumidora de grãos, especialmente no mercado de soja, bem como os *traders* ocuparam o espaço de financiamento aos produtores deixado pelo governo, incorporando a figura de bancos com captação externa e empréstimos a juros internos.

O acesso ao crédito externo limitou o número de *traders* atuante no mercado àqueles com forte esquema financeiro e domínio sobre o sistema de armazenamento, transporte e operações portuárias.

A necessidade de diluição dos custos totais de colocação do produto para exportação forçou as empresas a se garantirem na obtenção do produto em quantidade suficiente para ocupar a larga estrutura de logística montada.

O adiantamento aos produtores passou a se realizar em insumos e culminou com a absorção da indústria de fertilizantes, primeira necessidade do produtor, tornando seu fornecimento uma eficiente tática para garantir a entrega de toda a produção de grãos.

A adoção dos mecanismos de CPRs e *warrants* garantidas possibilita o retorno de um maior número de *traders*, o que, especialmente no complexo soja, aumenta o grau de liberdade dos produtores, já que a aquisição dos produtos é realizada através de sistemas eletrônicos abertos, que dispensam mecanismos complexos de captação de recursos e operações de infra-estrutura de armazenagem e transporte.

Menor custo de origem

As cooperativas de produção despontaram nas zonas de produção do Sul do país no início da década de 70 com forte influência da hereditariedade européia e recursos governamentais. A retirada do governo dos empréstimos agrícolas diminuiu a influência das cooperativas de produção,

A organização aliada à de CPRs e *warrants* colocam os produtores diretamente em contato com todo o mercado. Isso afeta diretamente a cadeia, preenchendo a lacuna ocasionada pela retirada paulatina dos recursos governamentais.

ocasionou o fechamento de muitas, a absorção das menos eficientes e atingiu o processo atual de concentração em cooperativas paranaenses.

As cooperativas remanescentes têm sua força visível nas operações de financiamento de cooperados para a venda de insumos e contabilizam os ganhos de operações de atacado de insumos em um varejo cativo. As cooperativas dominantes, por competência comercial, passaram a desempenhar operações industriais e de comércio externo, competindo diretamente com as indústrias, devido ao menor custo de origem de seus produtos.

A grande dificuldade de permanência desse modelo cooperativo consiste na manutenção da fidelidade dos cooperados, que, no mercado aberto, sempre consideram a oferta de vantagens financeiras.

Dilemas pela frente

A adoção dos mecanismos de contratos abertos de CPRs e *warrants* coloca as cooperativas no dilema de ter que remunerar os produtores pelos melhores valores de mercado fixados e difundidos por mídia eletrônica mundial e pelas relações de troca por insumos.

O sistema cooperativo puro – ou seja, a união de produtores objetivando vantagens na compra de insumos e venda de produtos, bem como a divisão da utilização de infra-estrutura – vem evoluindo para as associações e consórcios de produtores, especialmente no Centro-Oeste, com estrutura administrativa mais simples e objetivos claros e imediatos, preservando as particularidades de cada integrante.

A adoção dos mecanismos de mercado força naturalmente o enxugamento da estrutura administrativa das cooperativas para acelerar sua semelhança com a de associação ou consórcio de produtores.

A parte industrial das cooperativas tende a se desmembrar, apresentando as características próprias do funcionamento industrial, mais voltado para o consumidor final.

Inabilidade natural

O setor pecuário sofre de um problema crônico: os frigoríficos, intermediários da cadeia, são os responsáveis por pagar ao produtor e receber do comércio atacadista. A inabilidade natural dos frigoríficos em operações financeiras complexas os leva a correr os riscos de variações significativas de preços, o que causa distúrbios no pagamento aos produtores.

O mecanismo de CPRs aproxima os atacadistas dos produtores, levando os frigoríficos a atuarem somente em sua vocação de prestação de serviços de abate e evita que assumam o centro do desempenho financeiro.

Raciocínio análogo aplica-se à cadeia de açúcar e álcool, onde se determinam claramente o investidor, o produtor de cana e a usina como prestadora de serviços na transformação da cana em açúcar e álcool.

A Finagro integra e gerencia o processo de administração agrícola para fins de seguro, de forma a possibilitar a difusão do mecanismo de CPRs e *warrants* seguradas.

Os documentos negociáveis, uma vez registrados no Cetip, passam a ser operados por corretoras credenciadas que acessam uma única base de dados, operada pela Finagro, para a colocação de ofertas de compra e venda, fechamento de negócios e liquidação financeira através do próprio Cetip.

A difusão das ofertas ocorre por meio eletrônico, principalmente através da Internet, para todo o mundo, incluindo os resultados *on line* das estatísticas negociáveis e apontando as diversas tendências de mercado.

Afonso Celso Bertucci é engenheiro químico pela UFMG, mestre em ciência e tecnologia pela Universidade de Manchester e diretor da Finagro – Companhia Administradora de Negócios Agrícolas do Brasil S. A.